

**NOVAS TECNOLOGIAS E NOVOS CIRCUITOS
ECONÔMICOS: O CASO DO SISTEMA
BANCÁRIO BRASILEIRO***

José ALVES**

Júlia Luciana P. das DORES***

Márcio Teixeira GONÇALVES****

Resumo: Neste texto, objetivamos caracterizar o momento atual – meio técnico-científico-informacional – e a emergência de novas tecnologias aplicadas ao desenvolvimento dos circuitos econômicos no Brasil, enfatizando o caso do sistema bancário nacional através do exemplo do Banco Bradesco. Partimos de algumas questões teóricas que caracterizam este momento atual e as concepções acerca dos conceitos de técnicas e tecnologias. Sobre este aspecto, abordamos a criação e a espacialização desiguais no país, dessas novas tecnologias e dos novos circuitos econômicos, destacando o papel de São Paulo neste contexto, e a dinâmica que acompanha tal processo. Como respaldo a essas análises, na segunda parte do texto, optamos por focar a evolução das telecomunicações e da informatização como estratégias de impulso à eficiência do sistema bancário nacional, considerando como estudo de caso o Banco Bradesco, principal banco privado do país. O papel exercido pelo Estado, no sentido da normatização da dinâmica espacial do setor bancário, e a (re)organização espacial do sistema bancário, também constituem questões abordadas neste trabalho.

* Texto apresentado como trabalho final da disciplina "Dinâmica Econômica e Novas Territorialidades", ministrada pelos professores Dr. Eliseu Savério Sposito e Dr.ª Maria Encarnação B. Sposito, no Curso de Pós-Graduação em Geografia, na Faculdade de Ciência e Tecnologia – FCT – UNESP – Presidente Prudente.

** Mestrando pelo curso de Pós-Graduação em Geografia, na Faculdade de Ciência e Tecnologia – FCT/UNESP, Presidente Prudente – SP. Bolsista Capes. Membro do Gedra, E-mail: baifrral@hotmail.com

*** Mestranda pelo curso de Pós-Graduação em Geografia, na Faculdade de Ciência e Tecnologia – FCT/UNESP, Presidente Prudente – SP. Membro do Simespp, E-mail: juluciana@hotmail.com

**** Mestrando pelo curso de Pós-Graduação em Geografia, na Faculdade de Ciência e Tecnologia – FCT/UNESP, Presidente Prudente – SP. Membro do GASPERR – Grupo Acadêmico Produção do Espaço e Redefinições Regionais. E-mail: lufoiteixeira@hotmail.com

Palavras-chave: novas tecnologias; novos circuitos econômicos; sistema bancário; Banco Bradesco.

Resumen: En este texto tenemos como objetivo caracterizar el momento actual –medio técnico-científico-informacional– y la emergencia de nuevas tecnologías aplicadas al desarrollo de los circuitos económicos en Brasil, enfatizando el caso del sistema nacional a través del ejemplo del Banco Bradesco. Partimos de algunas cuestiones teóricas que caracterizan este momento actual y las concepciones de técnicas y tecnologías. Sobre este aspecto, abordamos la creación y la espacialización desiguales en el país, de estas nuevas tecnologías y de los nuevos circuitos económicos, destacando el papel de São Paulo en este contexto, y la dinámica que acompaña tal proceso. Como respaldo a estos análisis, en la segunda parte del texto, optamos por enfocar la evolución de las telecomunicaciones y de la informatización como estrategias de impulso a la eficiencia del sistema bancario nacional, considerando como estudio de caso el Banco Bradesco, principal banco privado del país. El papel ejercido por el Estado, en el sentido de la normatización de la dinámica espacial en el sector bancario, y la (re)organización espacial del sistema bancario, también constituyen cuestiones abordadas en este trabajo.

Palabras-clave: nuevas tecnologías; nuevos circuitos económicos; sistema bancário; Banco Bradesco.

1. CARACTERIZAÇÃO DO MOMENTO ATUAL: NOVAS TECNOLOGIAS E OS CIRCUITOS ECONÔMICOS NO BRASIL

1.1. Considerações Iniciais

A constituição das novas tecnologias e seus reflexos nos circuitos econômicos, como a (re)estruturação dos “sistemas de engenharias” (transportes, energia elétrica, telecomunicações), no sistema financeiro (em especial o sistema bancário), nas grandes empresas nacionais e multinacionais,

e na sociedade como um todo, foram intensificadas com o processo de globalização. Neste contexto, é imprescindível falar de um momento histórico atual caracterizado pela globalização, no qual a ciência, a tecnologia e a informação, apresentam grande relevância na análise.

Tomando como apoio teórico Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001), em seu livro *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, encontramos uma análise da qual apresenta a sucessão de meios geográficos no Brasil¹ ao longo da história da organização do território nacional em três grandes momentos, que podem ser identificados como: os meios “naturais”, os meios técnicos e o meio técnico-científico-informacional. “Por intermédio de suas técnicas diversas no tempo e nos lugares, a sociedade foi construindo uma história dos usos do território nacional” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 27).

É este último momento que mais nos interessa. O meio-técnico-científico-informacional, segundo esses autores, começa praticamente após a segunda guerra mundial e, cuja afirmação, incluindo os países do terceiro mundo, vai realmente dar-se nos anos 70. Nesta fase ocorre a interação da ciência e da técnica sob a égide do mercado, que por sua vez, torna-se um mercado global.

A união entre ciência e técnica que, a partir dos anos 70, havia transformado o território brasileiro revigora-se com os novos e portentosos recursos da informação, a partir do período da globalização e sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência, à técnica e à informação, torna-se um mercado global. O território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças a enorme possibilidade da produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das idéias e informações, das ordens e dos homens. É a irradiação do meio técnico-científico-informacional que se instala sobre o território, em áreas contínuas do Sudeste e no Sul ou constituindo manchas e pontos no resto do país (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 52-53).

Em tal contexto, de progressiva incorporação de capitais fixos e constantes, com ênfase a certos pontos do país, verifica-se um processo pelo qual o território se metamorfoseia em meio técnico-científico-informacional.

Assim, os "sistemas de engenharia", atualmente, são projetados e construídos de forma integrada, possibilitando promover uma maior dinâmica de certos agentes hegemônicos e de certas regiões. Entre esses sistemas de engenharia, faz-se referência as grandes barragens, aeroportos, portos, vias rápidas de transporte e as telecomunicações, que se constituem em suportes de várias espécies de uma solidariedade entre fluxos de pessoas, informação, mercadorias e capitais, que servem muito mais a firmas e bancos globais, entre outros "atores hegemônicos". Além disso, uma divisão territorial do trabalho globalizada "exige uma trama densa e complexa de sistemas de engenharia, o que leva à difusão dos capitais fixos e constantes e à circulação veloz dos capitais especulativos" (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 102).

A título de exemplo, de um programa de investimento em infra-estrutura para oferecer condições materiais necessárias ao processo de transformação do território nacional, em um espaço da economia global, que paralelamente dará condições para o arsenal financeiro, tem-se o investimento do Estado nas bases materiais das telecomunicações. Santos e Silveira (2001, p. 73), fazendo referência a essa temática, afirmam que no "território, cada substituição se opera na hora adequada, quando o movimento social exige uma mudança técnica". Os autores, então apresentam dados sobre a redução do uso do telex em detrimento do uso do fax, e posteriormente da Internet. O telex, que possibilitou inicialmente um avanço na transmissão de informação a longas distâncias com segurança, rapidez e baixos custos, na década de 1990 apresenta uma redução de uso devido a essas novas tecnologias. Isso pode ser presenciado nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, que juntas, entre 1992 e 1996, passaram de 44.897 telex para 13.989.

Com a intensificação do processo de acumulação capitalista possibilitada pela globalização da economia, a concorrência entre capitais, a busca de novas produções calcada no desenvolvimento "técnico-científico-informacional", a expansão dos mercados e a busca do lucro, provocaram a dinamização das forças produtivas. Conforme Santos (1997, p. 163-164), tem-se assim, uma mundialização da produção, do produto, do dinheiro, do crédito, do consumo, entre outros aspectos, no qual as grandes organizações comandam as técnicas hegemônicas da produção da informação e da finança, por intermédio das quais ganham o comando do tempo hegemônico e realizam a "mais-valia universal".

O atual momento, calcado no processo de acumulação flexível, decorrente da Terceira Revolução Industrial e do paradigma toyotista², constituiu-se com a crise experimentada pelo capital, a partir da crise do paradigma taylorista-fordista. Assim, dentre suas respostas, tem-se o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, que têm acarretado entre outras conseqüências, profundas mutações no mundo do trabalho, como o desemprego estrutural, a precarização do trabalho com um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas e o aumento do exército de reservas, conduzida pela lógica voltada essencialmente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital (ANTUNES, 2001, p. 16).

De acordo com Antunes (2001, p. 29-31), após o longo período de acumulação de capitais, que ocorreu durante o apogeu do fordismo e da fase keynesiana, verificou-se que o capitalismo a partir do início dos anos 70 começou a dar sinais de um quadro crítico, de uma crise estrutural, na qual destacava-se a tendência decrescente da taxa de lucro.

Como reflexos da crise econômica do capitalismo industrial dos anos 70, observou-se a diminuição dos lucros das grandes empresas, a produção em massa mas não o consumo em massa, perda de emprego, fechamento de fábricas e aumento da competitividade (SILVA, 2002). Fazendo o sistema implementar, especialmente, a partir da década de 1980, um vastíssimo processo de reestruturação na busca de recuperar o seu ciclo produtivo, caracterizado por várias transformações por meio da constituição das formas de acumulação flexível, das formas de gestão organizacional e dos avanços tecnológicos.

Essas transformações, decorrentes da própria concorrência intercapitalista (num momento de crises e disputas intensificadas entre os grandes grupos transnacionais e monopolistas) e, por outro lado, da própria necessidade de controlar as lutas sociais oriundas do trabalho, acabaram por suscitar a resposta do capital à sua crise estrutural (ANTUNES, 2001, p. 47-48).

Neste sentido, o atual momento de acumulação fundamenta-se num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado de técnicas de gestão de força de trabalho própria da fase informacional, como da introdução ampliada de computadores no processo produtivo, tendo assim a

necessidade de um dinâmico processo de relações entre as empresas, bancos, entre outros atores.

1.2. Novas tecnologias e novos circuitos econômicos

Diante do período atual caracterizado como meio-técnico-científico-informacional, na concepção de Milton Santos, e pela materialização desigual desse processo, marcado pelo desenvolvimento desigual e em diferenças escalas, é importante destacar algumas considerações contextuais sobre os conceitos de técnica e tecnologia, que muitas vezes são tidas como sinônimos. Deve-se ainda caracterizar as novas tecnologias que estão influenciando na dinâmica dos circuitos econômicos na organização do território brasileiro.

Nossa primeira análise baseia-se na contextualização dos termos *técnica* e *tecnologia*, da qual Santos (1996, p. 25) considera como técnica o “conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”. Estas técnicas são formas representativas das épocas históricas e no momento atual envolvem a ciência e a informação. Além disso, a técnica deve ser considerada como parte do território, um elemento de sua constituição e de sua transformação. Para Vargas (1994, p. 15) a técnica é compreendida como um “conjunto de regras, invenções, operações e habilidades, correlacionadas à construção de edifícios, estradas e pontes, à fabricação de instrumentos e utensílios, à agricultura, à extração e preparação de materiais para construção ou fabricação ensinada pelos mestres e seus aprendizes”.

Com relação ao termo tecnologia entende-se como sendo a “sistematização científica dos conhecimentos relacionados com a técnica. [...] tem a técnica como objeto de seus estudos” (GAMA, 1994, p. 51). Por outro lado, Vargas (1994, p. 213), considera-a como o estudo “das aplicações de métodos, teorias, experiências e conclusões das ciências do conhecimento dos materiais e processos utilizados pela técnica”. Diante do exposto podemos considerar que a tecnologia seria o resultado da junção das várias técnicas ao desenvolvimento do conhecimento científico.

Milton Vargas em seu livro *História da técnica e da tecnologia no Brasil*, reúne vários artigos sobre a evolução da técnica e da tecnologia brasileira, destacando a utilização das técnicas desde os períodos dos indígenas até os dias de hoje (fim do século XX). Nossa preocupação neste texto, não está em

discutir sobre as técnicas usadas antigamente e sim ressaltar quais as novas tecnologias desenvolvidas no período atual e suas influências no processo de territorialização brasileira.

Dentro das novas tecnologias, associadas aos campos aplicados ao conhecimento científico, temos as telecomunicações, aviação ultra-sonora, petroquímicas, informática, eletrônica. Já entre as novas tecnologias de alto nível tecnológico (início da década de 1970), e composta de novos materiais, estão a biotecnologia, fusão nuclear, tecnologia espacial, que são associadas à evolução e à ampliação imediata do conhecimento científico. A década de 1980 configura-se numa nova etapa, mais avançada e veloz, das transformações tecnológicas, intensificando a internacionalização da economia e influenciando na organização do território, em âmbito social, cultural e político. As novas tecnologias buscam obter o máximo de flexibilidade em relação aos processos de produção, circulação das informações e serviços.

Castells (1986), considera que o período atual do processo de mudança tecnológica caracteriza-se pelo fato de representar uma nova forma de produção com base na informação (“alta tecnologia”) e na sua transmissão, e no conhecimento, como sendo as fontes fundamentais da produtividade. As novas tecnologias de informação disponibilizam, assim, o território para ser utilizado pelas empresas, ou seja, permite uma instantaneidade quase absoluta entre todos os países. A microcomputação, por exemplo, permitiu elevar a automação da produção, dos escritórios empresariais, sistemas bancários, entre outros serviços.

O território, diante dessas novas tecnologias, ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, como é o caso da concentração de áreas de desenvolvimento tecnológico. Em termos espaciais considera-se que a produção tecnológica concentra-se nos chamados tecnopólos, ou seja, “sítios de acolhimento de complexos industriais que se fundam na associação de conhecimento científico e tecnológico.” (TAVARES, 1993, p. 270)

A constituição desses tecnopólos e a ampliação das instituições de distritos industriais, desenvolvidos a partir da evolução da pesquisa tecnológica, estão associados muitas vezes às universidades ou empresas produtoras de tecnologias³, proporcionando e provocando as transformações no território, uma vez que estes pólos de desenvolvimento deslocam-se das áreas metropolitanas para cidades do interior, mas que apresentam certa proximidade com estes centros metropolitanos.

No Brasil não existe pólo tecnológico (instrumento de desenvolvimento tecnológico regional) com elevado padrão de sofisticação, como nos Estados Unidos e na França, mas em seu território destacam-se alguns centros que apresentam um grau crescente de produção de alta tecnologia. Além disso, tem-se a integração desses tecnopólos com universidades, empresas e até mesmo órgãos governamentais, direcionada para a produção industrial de ponta, principalmente na Região Sudeste. Neste contexto, destaca-se a existência do complexo de inovação tecnológica no eixo Rio - São Paulo, e outros centros em processo de implantação.

No caso do Estado de São Paulo, a ênfase é dada para as áreas de desenvolvimento tecnológico situada na cidade de São José dos Campos, como a Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica)⁴, CTA/ITA (Centro Técnico Aeroespacial/Instituto Tecnológico da Aeronáutica), entre outras empresas privadas de equipamentos para aeronáutica, e o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Destaca-se também a cidade de Campinas com a Unicamp e a Prefeitura do município. No caso do Rio de Janeiro destaca a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) com a presença de duas incubadoras em andamento. Além disso, existem embriões dos tecnopólos em outros Estados, por meio de algumas Universidades Federais como a de Santa Catarina, São Carlos e Campina Grande.

Esses pólos de tecnologia ainda podem estar conectados a outros centros tecnológicos situados em outras cidades ou regiões nacionais e até mesmo internacionais. Conforme citado anteriormente, esses tecnopólos se destacam como uma das formas contemporâneas do desenvolvimento desigual continuando a diferenciar e hierarquizar a organização territorial – região concentrada.

Vale ressaltar que os tecnopólos apresentam algumas características básicas que os diferenciam dos demais centros de organização industrial. Dentre elas, Lima (1993) destaca: os tecnopólos estão associados às inovações tecnológicas, não apenas resultantes de suas pesquisas, como também às provenientes de outros centros; eles possuem estreitas ligações das empresas inovadoras com as instituições de pesquisa ou de transferência de tecnologia; recebem apoio do capital de risco, seja de agências de fomento do governo, seja do setor privado, para criação e difusão de empresas de base tecnológica; possuem um conjunto de externalidades locais e regionais que possibilitem serviços adequados à dinâmica das trocas, como sistema de telecomunicações,

instalações para empresas nascentes, agências governamentais dos vários níveis de governo, serviços de apoio, firmas comerciais, bem como podem estar associadas às novas invenções tecnológicas voltadas para atender a demanda do sistema bancário.

Assim, considera-se que as novas tecnologias baseadas na informação, permitem estender sua utilização em todos os segmentos do território, inclusive da parcela menos qualificada do mercado de trabalho. Essas novas tecnologias inseridas na sociedade, através das novas formas de produção associada ao desenvolvimento da pesquisa e da ciência, estão influenciando na dinâmica dos circuitos econômicos no território brasileiro. As empresas rompem as fronteiras e se difundem na sociedade, como por exemplo: através das redes e dos terminais, dos quais muitos domicílios tornam-se local de trabalho; e pela facilidade de não precisar se deslocar às agências bancárias para pagamentos de contas, verificação de extrato, realização de transferências, entre outros serviços.

No mundo interconectado, os fluxos de informação se convertem em um componente indispensável de reprodução econômica. Dessa forma, com a utilização da telecomunicação (principalmente pelo uso da Internet), pode-se garantir a circulação do conhecimento; a conexão entre a produção e o mercado; e a valorização do capital. “A qualidade e quantidade de informações que hoje circulam na Internet são o melhor exemplo da dependência da sociedade contemporânea aos detentores de sistemas de informação e redes de conexão” (DUPAS, 2000, p. 105).

Com a expansão e difusão das novas tecnologias na sociedade, algumas alterações no setor econômico tornam-se relevantes, principalmente quando se referem aos circuitos econômicos, em especial o bancário. Estamos considerando as idéias de Milton Santos (1979), o qual divide os chamados circuitos econômicos em *inferior e superior*⁵, que se apresentam relacionados com as transformações recentes em âmbito tecnológico. Os circuitos são resultados direto e indireto da modernização e inovações tecnológicas. Assim, tem-se que a distinção fundamental entre as atividades desses circuitos está baseada nas diferenças de absorção das novas tecnologias e das novas formas de organização.

O *Circuito inferior* é constituído de formas de fabricação, de serviços e de comércio não modernos e sofisticados. Utiliza tecnologia baseada no “trabalho intensivo”, geralmente local. Não depende de grandes investimentos de capitais, são estabelecimentos de pequena dimensão, possui grande número

de empregos, geralmente constituído por membros da família. A relação com o cliente é realizada de forma direta. Reutilizam seus bens e não recebem quase nenhuma ajuda governamental.

Já o *Circuito superior* utiliza tecnologia de alto nível (grande investimento de capital), constituindo-se de bancos, comércio e indústria de exportação, indústria e serviços modernos, atacadistas e transportadores, além de um alcance extra-regional. Com relação a tecnologia, depende de grandes investimentos, sua organização é burocrática, o emprego torna-se reduzido e em alguns casos desnecessários, as relações com clientes são na maioria das vezes indiretas, possuindo também ajuda por parte do governo.

Percebe-se que ambos os circuitos econômicos influenciam na organização do território, bem como estão relacionados com as novas tecnologias, uma vez que o superior apresenta uma maior integração com outros centros de articulação, seja na própria cidade, na região ou em âmbito internacional. Já o circuito inferior apresenta articulação local, desenvolvendo atividades que caracterizam localmente uma cidade, e sua região mais próxima, ao contrário dos circuitos superiores.

Tendo em vista tais formulações, não encontramos uma homogeneização da materialidade dos sistemas técnicos no território. Na verdade, o que se evidencia, é que o sistema capitalista de produção, em sua fase atual, vem se estruturando espacialmente de forma desigual, contraditória e dinâmica, articulando as diferentes escalas, em nível global, nacional e local.

1.3. O desenvolvimento e a territorialização desigual das novas tecnologias e dos novos circuitos econômicos no país.

A partir da consolidação do processo de globalização econômica, pautado no desenvolvimento científico e tecnológico, através da utilização de novas tecnologias e o aprofundamento da importância dos fluxos, principalmente os fluxos de informações, assiste-se a uma "guerra dos lugares" (para usar a expressão de Milton Santos, em sua obra "A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção").

De fato, à medida que o capital atinge um certo nível de fluidez entre os territórios, o que se verifica é um padrão de desenvolvimento espacial desigual. Isto ocorre, porque é através dos meios (físicos) de produção que o capital se materializa no espaço, diversificando as funções daquelas localidades que gozam

de certos privilégios, e por isso, são escolhidas por diferentes agentes, para se tornar novos espaços de sua reprodução, acirrando tanto as disputas como o nível de integração entre esses espaços e suas regiões subjacentes.

Para Smith (1988) a lógica do desenvolvimento desigual deriva das várias tendências opostas, inerentes ao capital, para a diferenciação, mas com a simultânea igualização dos níveis e condições da produção. Segundo esta teoria, o capital é continuamente investido no ambiente construído com a finalidade de se produzir mais-valor e a expansão da base do próprio capital.

Como a tendência do capital é a de se deslocar continuamente para outros locais a fim de se beneficiar com taxas de lucros mais altas, "a imobilização espacial do capital produtivo em sua forma material não é nem menos necessária do que a perpétua circulação do capital como valor" (SMITH, 1988, p. 19). Isto significa dizer que o capital busca não um equilíbrio construído no território, mas um certo equilíbrio que seja viável justamente em sua capacidade de se deslocar nos territórios de maneira sistemática.

Tal processo vem ganhando novo impulso com o advento dos novos padrões técnicos e tecnológicos que se tem verificado nas últimas décadas, e que contribuem decisivamente para torná-lo tanto mais veloz como mais eficaz no subjugo dos diferentes espaços (sobretudo no âmbito local).

É este, pois, o movimento em vaivém do capital, que ocorre subjacente ao processo mais amplo de desenvolvimento desigual. O padrão resultante desse movimento na paisagem é o desenvolvimento de um lado e o subdesenvolvimento de outro, padrão esse que pode ser verificado em várias escalas espaciais, dentre as quais destacam-se a internacional, a nacional e a urbana (SMITH, 1988, p. 213).

No contexto da escala nacional, colocando em relevo o caso especificamente brasileiro, uma primeira aproximação do padrão de desenvolvimento desigual que se verifica atualmente, é o espaço que Santos e Silveira (2001) chama de "Região Concentrada".

Para estes pesquisadores, é nesta parcela do território nacional que se concentra a maior parte dos fluxos (de informações, econômicos, de pessoas, de idéias, de capitais, de mercadorias, etc.) e dos sistemas técnicos que proporcionam estes fluxos; da indústria, sobretudo aquelas que utilizam tecnologia de ponta e de formas de organização do trabalho flexíveis; dos centros de pesquisa e desenvolvimento de alta tecnologia (tecnopólos); das principais universidades; da agricultura mais moderna; de uma divisão social e

territorial do trabalho mais refinada; enfim, é aí que se percebe mais facilmente os processos que articulam os espaços locais à uma lógica global. É, pois, na "região concentrada" que se observa mais claramente às transformações advindas da integração entre as diferentes escalas, do global ao local.

Duas dimensões principais participam diretamente da articulação entre as diferentes escalas espaciais, sendo elas o tempo e o espaço. Manuel Castells (1999), propõe a hipótese de que o espaço organiza o tempo na sociedade em rede. Segundo esse pesquisador, "tanto o espaço como o tempo estão sendo transformados sob o efeito combinado do paradigma da tecnologia da informação e das formas e processos sociais induzidos pelo processo atual de transformação histórica..." (p. 403).

Observa-se, então, a relevância da dimensão temporal na construção do momento atual, quando diferentes atores se articulam para organizar e impor a realidade que se apresenta. Acreditamos que subjacente à construção desta realidade, está o padrão de desenvolvimento espacial desigual entre os lugares. Isto significa dizer que a atratividade dos lugares e sua inserção ou não num contexto escalar mais amplo da realidade, constitui um processo que se liga às diferentes formas de produção que vigoram em determinado momento histórico.

1.4. O papel do Estado de São Paulo e da sua metrópole.

Ao observarmos o processo histórico que deu gênese ao Brasil, vemos que o estado de São Paulo, historicamente, tomou para si o papel de núcleo centralizador das atividades e serviços mais avançados que estão na base de todos os processos econômicos, tanto na indústria, agricultura e produção de energia, como nos serviços de diferentes tipos, e que envolvem o processo de reestruturação econômica e social advinda da fase atual do sistema capitalista⁶.

São Paulo é também o Estado que constitui o pólo industrial hegemônico do país, cuja capital possui a maior área metropolitana do país. A cidade de São Paulo tem sido encarada por muitos pesquisadores como uma cidade global, por concentrar especialmente a camada superior dessas atividades e serviços mais avançados, servindo de referência para uma parte do planeta (América Latina e partes da África) do ponto de vista funcional, isto é, das funções desempenhadas por esta metrópole no âmbito das relações internacionais (escala global).

Além do papel exercido por São Paulo e pela sua área metropolitana na escala global, também no contexto territorial nacional, é esta metrópole que

comanda e coordena a rede urbana nacional, numa hierarquia de importância com os outros centros urbanos do país que também possuem algumas funções de nível mais elevado, sobretudo em termos de qualificação desses serviços.

Ao discutir o fenômeno da cidade global, vinculada ao que chama de "espaço de fluxos", Manuel Castells (1999, p. 407), afirma que este fenômeno não pode ser reduzido a alguns núcleos urbanos no topo da hierarquia. Segundo ele, trata-se de um processo que conecta serviços avançados, centros produtores e mercados em uma rede global com intensidade diferente e em diferentes escalas, dependendo da relativa importância das atividades localizadas em cada área *vis-à-vis* a rede global.

No caso específico do Brasil, São Paulo segue sendo a principal metrópole no contexto nacional, constituindo o principal centro de controle e comando, capaz de coordenar, inovar e gerenciar as atividades interligadas das redes de empresas num espaço que ultrapassa a escala nacional.

Segundo Sandra Lencioni (1999, p. 115-116), "nos últimos vinte anos, o Brasil – a despeito dos anos de crise – procurou se inserir no mercado internacional de produtos industriais ajustando-se à nova divisão internacional do trabalho". Ora, dado o processo de reestruturação econômica em nível mundial a partir do processo de globalização da economia, foi nas duas últimas décadas que a inserção do Brasil no mercado mundial, que se relaciona à atuação de grandes empresas multinacionais em território nacional, passou por transformações profundas. Tais mudanças, pela rapidez e profundidade com que transformam os sistemas econômicos e sociais dos diferentes países, exigiram, e continuam exigindo, da mesma maneira, respostas também muito rápidas em nível global.

Lencioni (1999, p. 116), destaca ainda que

essa capacidade de resposta exige recursos de capital para vultuosos investimentos, quer no âmbito da pesquisa e desenvolvimento (P&D), quer no âmbito da educação e na provisão das novas condições gerais de produção. Não se trata mais de apenas aparelhar portos e redimensionar rodovias, por exemplo. Ou seja, não se trata mais de apenas redefinir a infra-estrutura fixa, mas de criar aquelas que possibilitam a realização de fluxos imateriais.

No entanto, no caso brasileiro, o que se verifica é que a reestruturação econômica não se vincula tanto mais ao progresso técnico, isto é, às transformações na base técnica das formas de produção, quanto às transformações gerais de organização da produção, que caracterizam a reestruturação social e espacial do parque industrial brasileiro. Isto ocorre, entre outros fatores, porque o Brasil não é um país que, historicamente, investe na produção científica e intelectual e em atividades relacionadas ao desenvolvimento tecnológico e social, sendo que os paradigmas tecnológicos que participam de alguma maneira nessa reestruturação econômica nacional, muitas vezes, constituem paradigmas importados de outros países via multinacionais.

Para Lencioni (1999), a reestruturação social e espacial da indústria no Estado de São Paulo reafirmou o poder das empresas oligopolistas e concentrou, ainda, a produção industrial neste Estado. Assim, "através da reorganização do capital social, da redistribuição territorial da produção industrial, houve profundas transformações urbanas, quer em cidades alcançadas pela expansão da região metropolitana, quer no interior da região metropolitana." (p. 118).

Na verdade, o que esta pesquisadora procura mostrar em suas análises, é como a área metropolitana se ampliou, reafirmando ainda mais a primazia da cidade de São Paulo no contexto da economia nacional, tornando-se um nó na rede de cidades mundiais.

Neste intuito, demonstra que historicamente a cidade de São Paulo passou por processos – sobretudo investimentos que garantissem as condições gerais da produção industrial, dentre os quais, energia, estradas, aparelhamento portuário e escolas e serviços de saúde destinados à reprodução da força de trabalho –, que a levaram a tornar-se a metrópole que é hoje. No entanto, nas duas últimas décadas a massa aglomerativa industrial concentrada nesta cidade gerou deseconomias em certos locais, as quais fizeram a mancha urbana se expandir ainda mais, formando-se áreas periféricas. Tal processo levou a polinucleação metropolitana e a dualidade urbana entre centro e periferia se acentuou (LENCIONI, 1999, p. 120).

Com a geração dessas deseconomias, ou seja, com o aumento das taxas de lucros decrescentes em vários espaços localizados dentro da área metropolitana de São Paulo, muitas indústrias passam a se instalar em cidades mais do interior do Estado, ou mesmo transferir partes do processo produtivo

ou toda a unidade industrial para outras cidades, fugindo dos problemas causados pelo inchaço urbano na metrópole que, em última instância, encareciam o processo de produção que aí se realizava.

Ao mesmo tempo em que ocorre esse processo de desconcentração industrial dentro do Estado de São Paulo – englobando, inclusive, outras áreas do território nacional, para onde migram algumas dessas empresas –, é na área da metrópole que vão se concentrar cada vez mais as funções de comando e controle, isto é, de gestão dos negócios que envolvem as grandes empresas que optaram por novas localizações, a fim de se beneficiar de altas taxas de lucros.

Para Castells (1999), quando tal fato ocorre, implica no fortalecimento da estrutura hierárquica no que se refere às funções de comando e controle e do intercâmbio de informações resultante. Assim, o que se verifica é uma exacerbação da importância da metrópole paulista como centro de gravidade para as transações econômicas que integram a economia nacional ao movimento geral global.

Ora, como as unidades produtivas se desvinculam territorialmente dos seus escritórios de comando, a inovação nas técnicas de comunicação e transferência de dados e informações constitui elemento essencial no processo. Isto porque, os processos que geraram essa região metropolitana desconcentrada se fundamentam na crescente centralização do capital, através da atuação das empresas oligopolistas e dos grupos econômicos que promoveram o deslocamento das atividades industriais para o interior. Lencioni (1999), afirma que em decorrência disso, observa-se uma divisão territorial entre produção industrial e gestão empresarial, fazendo com que o interior tendesse a concentrar os estabelecimentos produtivos e a capital, os escritórios de gestão empresarial. Desta maneira, "como decorrência dessa expansão se intensificaram as redes sociais e espaciais com o sentido de integrar o capital e o espaço" (p. 120).

1.5. A emergência das redes e fluxos e suas ligações com o desenvolvimento das novas tecnologias e o estabelecimento de novos circuitos econômicos.

Neste ponto, percebemos a importância da emergência e organização daquilo que alguns pesquisadores chamam de redes e, sobretudo, do tratamento geográfico a elas dispensado. Assim, Leila C. Dias (1995), tratando das

implicações das redes de informação sobre a organização territorial brasileira, admite que as sociedades contemporâneas vêm conhecendo uma aceleração no ritmo da inovação entre vários campos, entre os quais podemos destacar dois.

O primeiro diz respeito aos avanços na engenharia de sistemas elétricos, permitindo a transmissão de grandes blocos de energia a longas distâncias. O segundo, refere-se ao fato de que, com a associação das técnicas de telecomunicações às de tratamento dos dados, as redes de telecomunicações adquirem uma potência muito maior. Isto significa que, de certa maneira, as distâncias se contraem e se anulam já que as transmissões se fazem de forma instantânea, e as informações produzidas a cada segundo são tratadas e encaminhadas num tempo cada vez mais reduzido (DIAS, 1995, p. 142).

Podemos dizer, que as qualidades de instantaneidade e de simultaneidade das redes de informação, emergiram diante de processos de múltipla ordem que caracterizam o período histórico atual, tais como, os processo de integração produtiva, de integração de mercados, de integração financeira, de integração da informação. Claro é que, dentre as conseqüências humanas desse movimento, estão igualmente os processos de desintegração, de exclusão de muitas áreas do planeta. De qualquer maneira, tais processos implicam em certas estratégias, sobretudo estratégias de circulação e comunicação, que constituem as duas principais faces que pressupõem a existência da organização em rede, afinal, sua densificação (das redes), surge como condição que se impõe à circulação crescente de tecnologia, de capitais e de matérias-primas.

Por tudo isso, a análise das redes constitui um valioso instrumento para a compreensão da dinâmica territorial brasileira. Isto é assim porque, como admite Dias (1995), a constituição da rede urbana brasileira é marcada pela associação entre processo de urbanização e processo de integração do mercado nacional. Para esta pesquisadora, as qualidades de instantaneidade e de simultaneidade das quais são dotadas as redes de telecomunicações deram livre curso a todo um jogo de novas interações. Assim,

a presença inicial das ferrovias e das rodovias, que irrigavam o país em matérias-primas e mão-de-obra, se superpõem, na atualidade, os fluxos de informação – eixos invisíveis e imateriais certo –, mas que se tornaram uma condição necessária a todo o movimento de elementos materiais entre as cidades que eles solidarizam. (DIAS, 1995, p. 150).

Neste contexto, se voltarmos ao caso daquela área que Sandra Lencioni chama de região metropolitana desconcentrada, podemos verificar que tal expansão da indústria possui uma forte relação com a tecnologia de informação no que se refere à incorporação das telecomunicações e na informatização do trabalho administrativo no âmbito da gestão empresarial. Para essa pesquisadora (1999, p. 126),

a difusão da micro informática e, principalmente, da rede de telecomunicações com fibra ótica é que tornou, cada vez mais possível, a cisão territorial entre produção e gestão e a eficácia de sua reintegração social à distância. Nesse sentido, essa difusão tornou-se elemento chave na expansão industrial do em torno metropolitano.

Sandra Lencioni (1999) destaca ainda que, é através dessa estratégia das empresas, e as novas ligações que se estabelecem entre a produção e o gerenciamento, que o espaço se torna compacto. Isto significa dizer que, neste caso, a mediação da rede de telecomunicações e o uso da micro informática tornou o território paulista tecnicamente mais denso e industrialmente mais compacto. Isto ocorre, na medida em que os novos fluxos imateriais, com seus novos significados, se constituem estruturantes dessa nova lógica sócio-espacial.

Na verdade, por um lado os fluxos imateriais distinguem, ainda mais, o centro metropolitano, isto é, a cidade de São Paulo, do restante do país, fazendo crescer as desigualdades sócio-espaciais, e por outro, promovem, através de suas redes, uma nova integração espacial com a cidade de São Paulo. (LENCIONI, 1999, p. 131).

Enfatizaremos a seguir, dentro deste contexto e dos novos circuitos econômicos e das novas tecnologias, uma abordagem do sistema bancário a partir do território, discutindo o papel da normatização governamental e da desregulamentação financeira na centralização e concentração bancária. Além disso, enfocaremos o processo de inserção de novas tecnologias informacionais e organizacionais do trabalho, como uma das estratégias para a territorialização de âmbito local à nacional, tomando como exemplo o Banco Bradesco.

2. UMA ABORDAGEM DO SISTEMA BANCÁRIO A PARTIR DO TERRITÓRIO

2.1. O desenvolvimento do sistema de telecomunicação como impulso à eficiência do sistema bancário⁷

Como podemos observar, um sistema de telecomunicações eficiente era quesito fundamental para viabilizar o funcionamento da economia, atraindo capitais e investimentos que seriam os responsáveis pela inserção dos centros urbanos do país em uma rede de fluxos cada vez mais internacionalizada. Este sistema, também daria suporte à atividade bancária do país que precisa de mecanismos que contribuíssem para a integração territorial das agências.

Como a prioridade desenvolvimentista, até meados da década de 60, concentrou-se na integração do território através das rodovias, as redes de telecomunicações ficaram estagnadas durante este período. Até meados da década de 80, quando a integração do território passou a ser feita através dos sistemas de satélites, a distribuição do fornecimento de serviços de telecomunicações no país ocorria de forma desigual. Neste contexto, Videira (1999, p. 72) destaca que,

a ação seletiva do Estado é percebida quando dota as áreas 'cores' da economia do país de infra-estruturas magnânimas em detrimento do resto do país, que vem usufruir de tais serviços quando estes já estão obsoletos, cabendo assim ao Estado o papel de reforçar as áreas de desigualdade no território nacional.

A expansão e modernização da rede de telecomunicações no Brasil se deu, sobretudo, a partir da criação de órgãos como a EMBRATEL (Empresa Brasileira de Telecomunicações), o Ministério das Comunicações, e da TELEBRÁS (Telecomunicações Brasileiras S.A.), todos criados entre 1965 e 1972, e das demais companhias telefônicas estaduais, além de definir a política de pesquisa e desenvolvimento do setor.

Os bancos, que vinham gerando um volume de informações cada vez maior, além de estarem deixando a escala de atuação regional, passando a atuar no circuito econômico nacional e mesmo internacional, constituíram elementos de pressão para a criação de áreas aptas ao desenvolvimento de pesquisas para aprimorar o setor das telecomunicações. Foi assim que se deu a criação, em 1970, do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento - CPqD em Campinas.

Coube também à EMBRATEL, a inauguração de uma série de redes de transmissão de dados, como a TRANSDATA (Rede Nacional de Comunicação de Dados), e a DATASAT Plus, que puderam suprir as necessidades mais imediatas de grupos industriais e financeiros que precisavam de instrumentos mais ágeis para atender suas demandas. O desenvolvimento tecnológico, que acompanhou o próprio avanço das telecomunicações no país, permitiu ainda o lançamento dos satélites Brasilsat I e Brasilsat II (1985-6, respectivamente), e também a substituição das centrais analógicas por centrais digitais e a implantação de cabos de fibra óptica, todos favoráveis a um eficiente desenvolvimento das telecomunicações no país.

2.2. A informatização como estratégia do sistema bancário

Neste ponto, partimos da constatação de que, nestes tempos de informatização, a ciência tem papel importante que desponta para a modernidade e possibilita a aproximação dos diferentes lugares, através da virtual redução das distâncias em um lapso de tempo. Da mesma maneira, porém, a ciência que integra os lugares, também é a mesma ciência que reforça a exclusão, já que implica uma seletividade territorial e econômica.

São estas redes eletrônicas que permitem que as empresas se localizem em qualquer lugar, conforme seus interesses. É a distribuição seletiva desses equipamentos sobre o território, que acabam por reforçar alguns centros da economia nacional, influenciando decisivamente para a constituição de uma sociedade cada vez mais heterogênea. As redes eletrônicas passam a desempenhar um papel progressivamente importante na organização espacial, refletindo-a e condicionando-a cada vez mais (CORRÊA, 1993, p. 31 apud VIDEIRA, 1999, p. 76).

Neste ponto, voltamos ao papel exercido pelas redes em todo esse processo, pois as qualidades de instantaneidade e simultaneidade das quais são dotadas as redes de telecomunicações deram livre curso a todo um jogo de novas interações (DIAS, 1995, p. 150). A implantação da rede TRANSDATA, ilustra esse processo de atendimento selecionado, já que esta veio para atender as necessidades de grandes corporações econômicas multilocalizadas.

Num momento em que os dados se transformam em informações imprescindíveis à gestão de grandes corporações, quebrando a rigidez hierárquica das cidades e articulando lugares privilegiados quando à presença de capital, os bancos investem nesses mecanismos, aliando-se à teleanformática.

É esta aliança que proporcionou as condições ideais para o processo instantâneo das informações, possibilitando orientar os clientes para os melhores e mais rentáveis investimentos do momento.

Como na atualidade, a rede financeira dos países está totalmente integrada a escala mundial, todos os bancos estão interligados através das trocas de informações, que são proporcionadas pelo desenvolvimento e aprimoramento da informática. A disseminação dessa nova modalidade de tecnologia nas agências tornou-se um diferencial entre os bancos (enquanto instituições financeiras), no sentido da competitividade e busca de clientela.

Ainda nos anos 80, os bancos passam de usuários à produtores dos serviços que envolvem a informática e a telecomunicação, e são a ponta de lança para o desenvolvimento da indústria de informática no país. Várias empresas da área de informática juntam-se aos bancos para criar equipamentos e programas específicos para o setor bancário, incentivados pelo governo através de reservas voltadas para desenvolver esta área no país.

Um outro fator determinante para o aumento dos investimentos em informática do setor bancário brasileiro foi a entrada dos bancos estrangeiros no país, que contribuíram para a introdução de novas tecnologias de gerenciamento e inovação de produtos e serviços, forçando os bancos nacionais a se equipar para não perder terreno na disputa que existe no setor.

Neste contexto, vale ressaltar que são, inicialmente, os maiores bancos que incorporam tais processos, sendo esses, geralmente, os bancos privados (como o Bradesco). Em decorrência da adoção dessas novas tecnologias, que são produzidas a partir da associação das empresas financeiras com os centros de pesquisa e desenvolvimento da informática e das telecomunicações, e principalmente com a possibilidade de transferência de dados em tempo real (on-line, via Internet), os bancos passam a proporcionar aos seus clientes várias modalidades de auto-atendimento. Entre as conseqüências desta "automação do atendimento ao público", verifica-se a redução brusca do volume de clientes atendidos dentro da agência, maximizando o trabalho de gerenciamento das transações dos clientes, bem como, paralelamente a esta difusão da automação bancária, ocorreu o processo de terceirização no setor. Num primeiro momento, foi implementada nos setores de apoio, tais como: limpeza, vigilância e transporte de valores. Depois, aderiu-se à terceirização para áreas de serviços mais sofisticados, como a compensação e microfilmagem de cheques, processamento de dados e digitação, consultoria jurídica e contábil.

Com a terceirização, os bancos pretendiam ter mais tempo disponível para oferecer serviços diferenciados e personalizados, e ainda ofertar novos produtos aos clientes, aumentando seu potencial de competição intra-setor.

Finalmente, vale salientar que os fluxos de informação dentro do setor financeiro nacional, não se distribuíram de forma igualitária dentro do território.

2.3. O papel da normatização governamental e a desregulamentação financeira na centralização e concentração bancária: (re)organização espacial do sistema bancário

Realizar uma discussão acerca das novas tecnologias e sua utilização enquanto possibilidade dinamizadora para um determinado circuito econômico é uma tarefa complexa. Assim, se propõem alguns apontamentos, embora sintéticos, sobre essa temática. Para tanto, iniciaremos enfatizando alguns dos elementos que contribuíram e contribuem, para a (re)organização espacial do sistema bancário no território nacional, por meio da sua constante expansão e retração. Posteriormente, enfocar-se-á, como este se apropria dos diversos sistemas materiais, especialmente, o aparato técnico das telecomunicações, associado à informática, que possibilitam uma maior acumulação e "fluidez" no território.

O atual período técnico-científico-informacional, tem possibilitado uma "revolução" nas formas de circulação do dinheiro, contribuindo assim, para uma acumulação do capital muito mais feroz, que não é mais local ou nacional, mas a acumulação de uma "mais-valia universal" (SANTOS, 1997). Isso foi conseguido, entre outros fatores, a partir de uma série de condições políticas instauradas pelo governo visando a normatização e a desregulação do sistema bancário, verificando-se assim, uma maior facilidade de fluxo do dinheiro para além das fronteiras nacionais.

A normatização e a desregulação devem ser consideradas como peças necessárias para compreender as expansões e retrações do sistema bancário nacional, e conseqüentemente, o seu comando não ocorrerá só perante a economia, mas como nos mostra Santos e Silveira (2001, p. 185), também em outras instâncias da sociedade, como o território.

Videira (1999), destaca como reflexos da normatização do sistema bancário brasileiro o caráter centralizador e concentrador. Centralizador pelo fato de um reduzidíssimo número de bancos controlar o sistema financeiro nacional. Concentrador pela distribuição de sedes e agências aglomeradas

principalmente na região Centro-Sul, mais especificamente no Sul e Sudeste. Neste contexto, no Sudeste destaca-se a cidade de São Paulo e sua Área Metropolitana.

A Reforma Financeira⁸ de 1964, realizada no governo Castelo Branco, através da Lei 4.595, juntamente com uma série de outras medidas, teve papel importante neste processo, pois possibilitou uma redução no número de sedes bancárias, ocorrendo a concentração dos bancos nas mãos de poucos capitalistas. Além disso, contribuiu para a ampliação-dispersão no número de agências pelo território nacional e a passagem de bancos de atuação local e regional para uma atuação nacional (VIDEIRA, 1999, p. 36).

Isso pode ser verificado nos mecanismos econômicos e jurídicos, para a regulação do sistema bancário na década de 1970, visando expandir o atendimento para outras áreas do território e reter o saturamento no número de agências no trecho São Paulo – Rio de Janeiro. Assim, o governo suspendeu através da Resolução nº 200 de 20-11-71 a abertura de novas agências no território. As exceções ocorreriam, desde que houvesse o fechamento de agências em “locais saturados”, para a abertura de novas agências nas áreas de fronteira como o Centro-Oeste e Amazônia.

A expansão da rede bancária seria possível também, por meio da instalação de postos de serviços em empresas privadas e públicas, e por meio das incorporações e fusões. Deste modo, acirram-se os processos de fusões e incorporações, proporcionados pela reforma bancária, e intensificando a centralização do capital financeiro para a formação das redes bancárias nacionais⁹.

Santos e Silveira (2001, p. 186), analisando dados sobre o mapa financeiro no país, revelam que em 1962, este era mais concentrado do que atualmente. Assim, o Sul e Sudeste juntos, mesmo com a redução no número de agências no período, ainda continuam com uma maior concentração deste circuito econômico. Com a Reforma Financeira ocorreu um aumento relativo das agências nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte (ver tabela 01). Entretanto, mesmo com a expansão-dispersão das agências bancárias nas diversas regiões, verifica-se em 1996 um maior número presente no Estado de São Paulo (4.856 agências), em relação ao encontrado por regiões: Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte.

Tabela 01: Distribuição do número de agências bancárias no Brasil: 1962 e 1996 Regiões Percentual de agências em 1962 Percentual de agências em 1996

| Regiões | Percentual de agências em 1962 | Percentual de agências em 1996 |
|---------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| Norte | 1,3 | 3,9 |
| Nordeste | 9,1 | 15,2 |
| Centro-Oeste | 4,0 | 8,9 |
| Sudeste e Sul | 85,7 | 72,1 |
| Estado de São Paulo | 36,3 | 29,9 |

Fonte: Santos e Silveira, 2001, p. 186.

O aumento no número de agências durante o período em outros estados fora São Paulo e Rio de Janeiro, não deve ser interpretado como se tivesse ocorrido uma mudança de bancos dessas áreas para outras regiões. Ocorreu um crescimento no número de agências no país. Presenciou-se um aumento de 40% no número de agências entre 1962 a 1972 e de 110% entre 1972 a 1996. Ou seja, um salto de 5.561 agências em 1962 para 16.224 em 1996.

Essa expansão foi, em grande parte, comandada pelo fortalecimento dos bancos privados, que se “alastraram pelo território em virtude das oportunidades de financiar uma produção e uma circulação altamente dependente de capitais adiantados”. E, as áreas preferidas pelo setor bancário privado certamente eram as de “maiores densidades demográficas, técnicas e econômicas” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 186). Além disso, as estratégias de ampliação de agências distribuídas pelo território, iam ao encontro às pretensões do governo em dar uma maior eficiência e segurança ao sistema financeiro nacional, viabilizando a coleta dos fluxos monetários da economia nacional para efetivar a integração dessas operações no território (VIDEIRA, 1999, p. 33).

Outro momento importante para compreendermos a organização espacial dos bancos no território nacional, deu-se em 1988 em decorrência de duas alterações institucionais feitas pelo governo, que tiveram efeito imediato sobre o sistema financeiro. Videira (1999, p. 42) destaca então, o fim da imposição governamental com a exigência da carta patente para a abertura de novas instituições bancárias e a criação de bancos múltiplos¹⁰.

Essas mudanças devem ser encaradas à luz das profundas transformações econômicas e institucionais, enfrentadas pelo país no fim da década de 1980 e em especial atenção durante a década de 1990. Entre essas

transformações, que surtirão efeito no sistema bancário, destaca-se os Planos Econômicos desenvolvidos como forma de conter a crise financeira, como as elevadas taxas de inflação. Dentre os Planos Econômicos para o período destaca-se o Plano Cruzado (1986), Plano Verão (1989), Plano Collor I e II (1990/91) e Plano Real (1994). Estes planos, podem ser entendidos através da influência de grandes organismos internacionais, como o FMI, para uma abertura progressiva da economia visando não só o controle inflacionário, mas para a privatização de empresas públicas e desregulamentação dos mercados.

Neste momento de ajuste econômico, o sistema bancário, que vinha acostumado com os altos índices de inflação e grandes lucros, teve que se adaptar a nova realidade devido ao quadro de instabilidade inflacionária, resultando na quebra de vários bancos. São exemplos de consequência dessa reestruturação as demissões em massa, o enxugamento do número de agências, as terceirizações, incorporações e fusões. Neste período, consolidaram-se também algumas tendências do setor que já se ensaiavam em anos anteriores: alto grau de centralização de agência sob o domínio de um único banco; diversificação de investimentos no setor não-financeiro; estreito vínculo com o capital internacional; modernização do seu aparato operacional através da automação; alto grau de rentabilidade beneficiando-se os bancos de um desfavorável contexto econômico e social de crise (VIDEIRA, 1999 e GOMES, 2000).

Com o fim da imposição governamental, verifica-se um novo "realinhamento" do sistema bancário nacional após 1988, devido a maior liberdade de escolha da localização de agências e abertura ou fechamento das mesmas. Como decorrência desse processo houve a diminuição do número de municípios atendidos pelos bancos, uma vez que tais municípios não propiciaram o rendimento esperado ao capital financeiro. O fechamento de agências não significou uma crise no sistema bancário, pois ao contrário, o número de agências abertas em outras localidades não reduziu. O que ocorreu foi uma (re)organização territorial de alguns bancos buscando áreas mais favoráveis a seus capitais.

Exemplificando tal (re)organização bancária, Videira (1999, p. 45) trabalha com dados do banco Bradesco (ver tabela 02), que está distribuída nas cinco regiões, apresentando uma das maiores mobilidades no território. Neste sentido, a região Nordeste apresenta a maior perda de agências em seus municípios, pois de um total de 421 municípios que o banco deixou de atender

no país, 49% foram nessa região, e das 296 agências novas que foram abertas, 84,5% localizaram-se no Sudeste, ou 100% no Centro-Sul.

Tabela 02: Dinâmica do banco Bradesco nas regiões brasileiras 1986 e 1998. Regiões N° de municípios com agências N° de agências

| Regiões | N° de municípios com agências | | N° de agências | |
|--------------|-------------------------------|------|----------------|-------|
| | 1986 | 1998 | 1986 | 1998 |
| Norte | 92 | 58 | 110 | 79 |
| Nordeste | 372 | 165 | 415 | 227 |
| Centro-Oeste | 215 | 172 | 261 | 218 |
| Sudeste | 672 | 639 | 977 | 1.197 |
| Sul | 275 | 252 | 330 | 223 |

Fonte: Videira, 1999, p. 48.

Quadro parecido pode ser verificado através da atuação de outros bancos que privilegiam o Centro-Sul, especificamente Sudeste e Sul, em detrimento das regiões Nordeste e Norte. Já o Centro-Oeste esponta-se em terceiro lugar quanto a preferência dos bancos, atraídos pelos programas de financiamento agrícola que a região vem sendo alvo. Presencia-se "a necessidade de arrecadar em cada ponto do território, visando fazer fluir o dinheiro para reforçar os investimentos em áreas de maiores densidades técnicas e informacionais" (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 187).

A batalha dos bancos na concentração de capitais ganha maior vulto a partir de 1995 com a liberação da expansão (uma vez que já havia grande número de bancos estrangeiros no território brasileiro) e entrada de novos bancos estrangeiros no país. Estes foram favorecidos pelas medidas tomadas pelo governo, voltadas pela abertura da economia brasileira a partir de 1990. Momento em que acirrou também o processo de desregulamentação econômica através da quebra de proteção alfandegária e dos incentivos das privatizações (como foi o caso de vários bancos estaduais), sempre associados à facilidade de entrada do capital estrangeiro, por exemplo, através de aquisições e fusões, e para a captação de financiamento no exterior. Este processo intensificou o processo de inserção do Brasil na globalização financeira.

Segundo Heuser (2002), não resta dúvida de que a entrada do capital estrangeiro, associado ou não a parceiros nacionais, tem contribuído para que o setor se ajuste diante do contexto liberalizante e tem gerado mais solidez e credibilidade aos bancos brasileiros, o que é fundamental neste momento conturbado das finanças em todo o mundo.

Para o autor, pode-se considerar que hoje o Sistema Financeiro do Brasil apresenta indicadores mais consistentes que os dos países asiáticos, por exemplo, e um mercado com grande potencial de crescimento. Em virtude disso, tem atraído investidores e parcerias do mundo todo, como a aquisição do Banco Excel Econômico pelo espanhol Bilbao Vizcaya, em abril de 1998; do Banco Garantia pelo Crédit Suisse First Boston, em junho do mesmo ano; e de 40% do Banco Real pelo holandês ABN Amro Bank, em julho.

Ressalva-se que o grande interesse de bancos estrangeiros nos ativos de bancos nacionais tem sido acompanhado de perto pelo Governo, uma vez que a permissão para o aumento de suas participações no país continua a depender de decretos presidenciais, declarando ser esse aporte de recursos "de interesse" nacional. Tais decretos foram apenas quatro em 1995, passaram a nove em 1996, 23 em 1997 e, até setembro de 1998, já alcançavam 26. Em função desse maior estímulo à entrada do capital externo no setor, o número de agências de bancos estrangeiros cresceu 10 vezes em três anos - de 200 em 1995 para aproximadamente 2.000 em meados de 1998 (HEUSER, 2002).

No que se refere a procedência de capital estrangeiro no país neste circuito econômico, o norte-americano é o que tem maior presença, com 42 instituições. Em seguida vem o capital espanhol, com 20 instituições; o alemão e o inglês com 11 cada um; o holandês com 10, e o francês com 8, entre outros menos expressivos (VIDEIRA, 1999, p. 62).

Diante do exposto, o que se verifica é uma reestruturação do sistema financeiro nacional, renovando as estratégias de concentração de capital por meio da centralização e fusões de capitais, e na sua concentração territorial. Paralelamente a isso, é perceptível a adoção da automação como forma de propiciar uma maior "fluidez" de capital pelo território nacional e para além de suas fronteiras, na qual a "mais-valia universal" é o principal motor desse processo.

Conforme enfocado, passaremos a discutir o processo de territorialização do Banco Bradesco, mostrando a inserção de novas tecnologias informacionais e organizacionais do trabalho, como uma de suas estratégias de atuação do âmbito local ao nacional.

2.4. Dinâmica espacial do setor bancário: o caso do Banco Bradesco

De acordo com Costa e Marinho (1995), a dinâmica espacial dos bancos foi intensificada e articulada pelo uso das telecomunicações e da informática, agilizando a transmissão das informações entre as diversas regiões, pelo

processo de internacionalização dos sistemas bancário; e pela estratégia de segmentação de mercados e seletividade da clientela associada ao lançamento de novos produtos, favorecendo a centralização das decisões e da gestão de forma a integrar as diversas áreas operadas pelos bancos.

Os maiores bancos privados varejistas armam suas estratégias dirigidas para três alvos: modernização das agências, expansão dos serviços eletrônicos e interiorização. Neste sentido:

O uso massivo da informática e das telecomunicações foi preponderante na definição de um sistema bancário com elevado nível de integração territorial (...). A disponibilidade - em muitos casos, quase instantânea - das informações sobre as transações financeiras serve como catalisadora do fluxo de recursos entre as regiões. Trata-se de um sistema de notório caráter nacional (COSTA E MARINHO, 1995, p.59-60).

Neste contexto, discutiremos a dinâmica espacial e a territorialização do banco Bradesco no país, destacando o processo histórico de atuação deste, que passou de âmbito local/regional para um banco nacional. Para tanto, enfocaremos algumas das estratégias utilizadas para que o mesmo se tornasse o principal banco privado do país.

O Banco Bradesco, fundado em 1943, na cidade de Marília (SP), intitulado "Banco Brasileiro de Descontos", teve como estratégia inicial atrair pequenos comerciantes e funcionários públicos. Durante os seus primeiros 20 anos de existência, ampliou seu atendimento para os pequenos e médios produtores rurais do chamado "território do café" no Estado de São Paulo e Norte do Paraná, passando assim, de banco local para regional. Em 1948, ao incorporar um pequeno banco carioca, passou a atuar também no Estado do Rio de Janeiro, e na década de 1950 já alcançava cidades do Centro-Sul.

No período de 1964 a 1973, houve uma transição da rede de agências do Bradesco, difundidas num território regional para o nacional, acelerada a partir da incorporação de 14 bancos com um total de 400 agências. Esse processo demonstra a centralização do capital, ou seja, as incorporações e fusões de instituições bancário-financeiras, permitindo a este se tornar o maior banco e a maior rede de agências privada do Brasil. "Esse processo de centralização do capital bancário não somente ocorreu no Bradesco, mas no sistema bancário como um todo" (GOMES, 2000, p. 151), uma vez que o controle da difusão da

rede dessas instituições era feito pelo Estado, que concedia, orientava e controlava a autorização de cartas patentes para a abertura e funcionamento das agências bancárias-financeira em todo o território brasileiro.

Gomes (2000, p. 213) demonstra que a introdução de novas tecnologias informacionais e organizacionais pelo Bradesco no período de 1973 a 1996, foi uma das condições para a consolidação e difusão deste no território nacional.

No que se refere as tecnologias informacionais, na década de 1960 inicia-se os investimentos na área da informática, estendendo-se até 1970, quando então o banco cria um laboratório próprio para processamento de suas informações junto a sua rede de teleprocessamento (atualmente tem-se a Estação Master Alphaville – centro de processamento de dados). Na década de 1980, já atingindo todo o território nacional, ocorre a implantação das agências com auto-atendimento 24 horas, Bradesco Dia e Noite, Telecompras e instala o serviço telesaldo (hoje o Fone Fácil Bradesco). A década de 1990 é caracterizada pelo avanço tecnológico nas agências do Bradesco, que passaram a operar no sistema *on line* e com o auto-atendimento. Foram implantadas as máquinas de emissão de cheques, de saques e de recolhimento de depósitos, bem como foi inaugurado o sistema Internet Banking, o Bradesco *Mobile Banking* (permitindo operações de consulta de saldos e extratos e pagamentos de contas através do celular), entre outras (BRADESCO, 2003).

O importante aqui, segundo Gomes (2000, p. 213), é que o Banco Bradesco “difunde sua rede informacional porque o essencial ‘não é mais dominar o território mas ter acesso a uma rede (...) permitindo a captação de recursos e investimentos e aplicações nos pontos mais remotos’” do país. Quanto a capacitação profissional, o treinamento dos funcionários do Banco Bradesco pode ser resumido da seguinte forma:

primeiro, como um aprendizado autodidata, quando o funcionário observa seus colegas mais adiantados e o conteúdo do trabalho é apreendido ao mesmo tempo que assimilação dos comportamentos, no caso, do ideário disciplinar; segundo, voltado para a assimilação das tarefas técnicas que contínuos funcionários temporários têm que executá-las; terceiro, como necessidade de aumentar a captação de recursos diante da estabilidade monetária; quarto, como adequação às novas tecnologias informacionais e organizacionais, ou seja, maximização da produtividade (GOMES, 2000, p. 224).

A organização do trabalho é implantada no Bradesco, por Amador Aguiar, de forma particular, e baseada na disciplina e na dedicação ao trabalho bancário. Neste ideário de disciplina e dedicação o banco aposta na carreira fechada para seus funcionários, ocorrendo a promoção a partir do mérito do funcionário, dedicação ao trabalho (disponibilidade para realizar qualquer tipo de tarefa), e cumprimento de jornadas de trabalho mais longas do que as previstas em lei (de 9 a 10 horas por dia, enquanto a jornada legal estipulava 6 horas) – (GOMES, 2000, p. 216)

Tal contexto de disciplina e dedicação nos revela a exploração e dominação sobre o trabalhador (SEGNINI apud GOMES, 2000, p. 220), o que é acirrada com a adoção da automação, pois a partir da introdução das novas tecnologias informacionais e organizacionais, ocorrem “rápidas e intensas transformações na base técnica no mundo do trabalho bancário, destroem, para em seguida (re)construir, atividades e funções. A profissão bancária transforma-se de forma acentuada” (RODRIGUES, apud GOMES, 2000, p. 219).

Por fim, não podemos deixar de frisar que além da precarização do trabalho com o atual processo de acumulação do capital, verifica-se também que de 1990 a 1996 o Bradesco diminui 50% do quadro de funcionários, redução esta que contribui ainda mais para pressionar as manifestações de greve para assegurar e adquirir os direitos conquistados.

Em média, o número de funcionários do Banco decresce em torno de 10% ao ano, em números absolutos foram extintos 45.776 postos de trabalho. A situação se agrava quando comparamos o número de funcionários do ano de 1985 e do ano de 1996, nesse período verificamos que o Bradesco diminuiu 70% de sua força de trabalho, ou seja, quase 2/3 de seus funcionários. Em números absolutos foram extintos 11.207 postos de trabalho (GOMES, 2000, p. 243).

Por outro lado, o número de agências e a concentração do capital do Banco só tende a aumentar. De acordo com Videira (1999), a evolução do número de agências espalhadas no Brasil, correspondia em 1961 o número de 201 agências; em 1985 chegavam a 1841; em 1998 atingia 2044 e em 2001 alcançava o número de 2928 agências.

Verifica-se que, não somente o setor econômico, mas todos os demais setores que envolvem o país estão incorporando com muita velocidade o emprego das novas tecnologias, provocando assim a reestruturação dos sistemas produtivos e das relações de trabalho. Esse novo período é caracterizado no investimento em tecnologias num mundo *transnacionalizado* de competição desigual exigindo novas habilidades, ou melhor, flexibilidade da produção, circulação e transmissão das informações e dos serviços, tudo em prol do processo de reprodução do capital.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões desenvolvidas neste trabalho proporcionaram a caracterização do período atual, analisado por Santos como meio técnico-científico-informacional, o qual está pautado no desenvolvimento científico e tecnológico, com destaque para as transformações tecnológicas e as novas formas de produção baseadas na difusão da informação, que se faz através da difusão de novas tecnologias no território brasileiro.

Na base desse processo, está o sistema capitalista em sua fase atual, cuja difusão em nível global, ao mesmo tempo em que cria certos espaços ricos e altamente concentrados no desenvolvimento científico e tecnológico (tecnopólos), faz surgir outros totalmente excluídos e à margem do processo de globalização econômica, num movimento dialético e sincrônico. A desigualdade na territorialização destes espaços se reproduz segundo uma lógica específica, que é a lógica de reprodução do próprio sistema capitalista. Com o advento de novas tecnologias, direcionadas a integração dos espaços aos quais correspondem os diferentes circuitos econômicos, surge uma dinâmica que ao mesmo tempo integra e exclui. Isto se faz, na medida em que estas tecnologias materializam-se de maneira desigual pelos territórios.

Procuramos demonstrar essa lógica, através do exemplo do banco Bradesco, cuja dinâmica de espacialização, permite a criação, territorialmente desigual, de novos circuitos econômicos e sua integração ao sistema financeiro global, através da constituição das redes e dos fluxos (sobretudo de informações) entre as diferentes escalas.

Assim, verificamos que a criação dos mais variados “sistemas de engenharia” no território nacional, destacando-se o de telecomunicações e de informática, constituiu-se um dos instrumentos fundamentais para a

interiorização do sistema bancário no país, uma vez que a partir do seu advento, os atores hegemônicos conseguiram uma maior fluidez de capitais. Além disso, não se pode ignorar a atuação do Estado na normatização das diretrizes para a abertura e desconcentração das agências fora da “área core” do país.

Diante de tal cenário, o sistema bancário não poupou esforços para captar a mais valia gerada nas diversas localidades do território, o que foi intensificado com a inserção de novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho, gerado pela automação. Entretanto, ao mesmo tempo em que as instituições financeiras modernizam cada vez mais o sistema financeiro, presencia-se a precarização das relações de trabalho, causada pela intensificação das atividades diante das demissões em massa, ou pelo processo de terceirização. Nesse novo cenário, conseguir novos direitos e manter os conquistados, é uma tarefa que exige cada vez mais negociação entre os sindicatos e o sistema bancário.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 5ª. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- BRADESCO, Banco. Banco Bradesco. Disponível em: <www.bradesco.com.br>. Acessado em: 01/01/2003.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e terra, 1999.
- _____. Mudança tecnológica, reestruturação econômica e a nova divisão espacial do trabalho. *Espaço e Debates*, n.º 17, 1986
- CASTILLO, Ricardo. Aproximação sobre o tema da Análise geográfica da urbanização e da fragmentação na era das novas tecnologias da informação. In: SPOSITO, M.E.B.(Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: GASPER/UNESP, 2001
- COSTA, Fernando N.; MARINHO, Maria R. N.; Bancos no estado de São Paulo 1988 –1993. In: ARAUJO, Maria de F. I.; GUIZZARDI FILHO, O. *Estratégias recentes no terciário paulista*. São Paulo: SEADE, 1995.
- DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social – pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GOMES, Márcio Fernando. A territorialidade do Bradesco: de pequeno caipira a maior banco privado de varejo. São Paulo: USP, 2000 (Dissertação Mestrado)

HEUSER, Siegfried Emanuel. Texto para discussão nº 12. **Governo do Estado do Rio Grande do Sul: Secretaria de Coordenação e Planejamento – Fundação de Economia e Estatísticas.** Rio Grande do Sul, Ano 8, nº 12, nov. de 2002. Disponível em: <http://www.fee.com.br>. Acesso em 20 nov. 2002.

KON, Anita. Tecnologia e trabalho no cenário da globalização. In: DOWBOR, L., et al. (Orgs.). **Desafios da Globalização.** Petrópolis. Vozes, 1997

LENCIONI, Sandra. Mudanças na metrópole de São Paulo e transformações industriais. In: SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades.** Presidente Prudente, SP: UNESP/FCT: GASPER, 1999.

LIMA, L.C. Tecnopólo: a formação de uma nova territorialidade. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SCARLATO, F.C. **Fim de século e globalização.** São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993.

PASSOS, Messias M.; SPOSITO, Eliseu S. Globalização: breve discussão sobre o conceito e seu histórico. In: **Globalização e regionalização na Europa Ocidental: Portugal, Espanha e França.** Presidente Prudente: PPGG/FCT/UNESP, 2001

SANTOS, M. Formação e características. In: **O espaço dividido: os circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1979

_____. A unicidade técnica. In: **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2002

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio-técnico-científico-informacional.** São Paulo: Hucitec, 1996

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção.** São Paulo: Hucitec: 1996

SANTOS M.; SILVEIRA Maria L. **O Brasil: territórios e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Agda Márcia da. Indústria e mudanças tecnológicas: considerações sobre a Décima Regional Administrativa de Presidente Prudente (SP). Presidente Prudente: UNESP, 2002. (Dissertação de Mestrado).

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

TAVARES, Hermes M. Complexos de alta tecnologia e reestruturação do espaço. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SCARLATO, F.C. **Fim de século e globalização.** São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993

VARGAS, Milton. (Org.). **História da técnica e da tecnologia no Brasil.** São Paulo: Editora UNESP/CEETEPS, 1994

VIDEIRA, Sandra L. Dinâmica espacial do sistema bancário no Estado de São Paulo. Florianópolis: UFSC, 1999 (Dissertação de Mestrado)

Notas:

¹ Sobre as sucessões dos meios geográficos, ver a análise teórica de Santos em: *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.* 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

² Ruy Moreira em seu texto *Inovações tecnológicas e novas formas de gestão do trabalho*, faz uma análise das três Revoluções Industriais, abordando em particular suas implicações no mundo da técnica e do trabalho. No que tange a Terceira Revolução Industrial, o autor (p. 126) afirma que o século XX termina com a crise do paradigma taylorista-fordista, e no lugar do seu sistema regido de regulação técnica e do trabalho, vai surgindo um novo sistema flexível baseado no TQC (Controle de Qualidade Total), CCQ, JIT (Produção-a-Tempo), no *just-in-time* e Kanban.

³ Os Pólos de Desenvolvimento associados às Universidades, desenvolvem tecnologias de forma associativa e não buscando a competitividade dos produtos.

⁴ Constituída em 1965, verifica que esta empresa recebe incentivos/apoio italiano, comercializa seus produtos com a América Latina, Iraque, entre outros países. Possui ainda uma distribuição de unidades de produção em escala nacional como em Botucatu, bem como em escala internacional como nos EUA e França.

⁵ Vale ressaltar que, embora se apresente de forma equivocada nos dias atuais (início do século XXI) as discussões que englobam estes dois termos considerados por Milton Santos (1979), não foram totalmente abandonadas. Verifica-se que ambos estão inseridos no sistema agindo de forma articulada para o desenvolvimento de suas funções e suas influências.

⁶ Entre estes serviços avançados que caracterizam os espaços inseridos em uma economia global/informacional, Castells (1999, p. 405), se destaca o setor de finanças, seguros, bens imobiliários, consultorias, serviços de assessoria jurídica, propaganda, projetos, marketing, relações públicas, segurança, coleta de informações e gerenciamento de sistemas de informação, incluindo P&D, e inovação científicas. Podemos dizer ainda, que a incorporação de tais serviços pautam-se em determinados processos, tais como, a incorporação de novas técnicas e tecnologias nos processos produtivos; a flexibilização nos proces-

tos de trabalho e da produção das mercadorias; a primazia da produção e disseminação da informação, através do aprimoramento dos meios de comunicação (sistemas físicos de engenharia e de telecomunicações), entre outros.

⁷ Tanto este como o próximo item do nosso trabalho, pauta-se nas discussões elaboradas por Sandra Lúcia Videira, no segundo capítulo da sua dissertação de mestrado intitulada: "*Dinâmica espacial do sistema bancário no Estado de São Paulo*", defendida em dezembro de 1999, pela UFSC.

⁸ Esta teve como função principal "organizar e dar as regras para o funcionamento do sistema financeiro e monetário nacional" (VIDEIRA, 1999, p. 26).

⁹ Segundo Videira (1999, p. 32-33), no período de suspensão de cartas patentes para a abertura de novas agências em áreas saturadas (1971-76), os quatro maiores bancos privados do país (Bradesco, Itaú, Nacional e Unibanco), acrescentaram cerca de 79% de agências em sua rede. Percentual superior ao crescimento total de agências no país, que foi de 13%.

¹⁰ A partir deste momento um determinado banco passa a ser liberado pelo governo para absorver e prestar múltiplos serviços (seguro, empréstimos ao consumidor, rural e imobiliário, câmbio, títulos de capitalização, cartão de créditos, entre outros), que até então eram feitos por outras instituições especializadas (VIDEIRAS, 1999).

Recebido para publicação em 31 de março de 2003.